



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia

Guilherme Gitahy de Figueiredo



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 170-197, jan-jun 2022. Semestral.

Tecendo identidades abertas: a experiência do Laboratório de Comunicação Intercultural e suas redes na Panamazônia

Guilherme Gitahy de Figueiredo¹

Resumo

Em 2006, teve início o programa de extensão universitária Laboratório de Comunicação Intercultural em Tefé (AM) que, em parceria com o coletivo Centro de Mídia Independente de Tefé, tem o objetivo de promover a comunicação horizontal. Com o tempo, a colaboração em rede aumentou com outras instituições, movimentos e coletivos do Médio Solimões e de outras regiões do Brasil e da Panamazônia. Este texto analisa essas experiências e suas dificuldades, dialogando com referências heterodoxas e propondo o conceito de “identidades abertas” para pensar táticas de promoção da dialogicidade, interculturalidade e construção do bem viver.

Palavras-chave: comunicação popular; identidade aberta; interculturalidade; bem viver.

Abstract

In 2006, the university extension program Laboratório de Comunicação Intercultural began in Tefé (AM) which, in partnership with the Tefé Indymedia collective, aims to promote horizontal communication. Over time the network collaboration increased with other institutions, movements and collectives from the Middle Solimões and other regions of Brazil and Panamazonia. The text analyzes these experiences and their difficulties, dialoguing with heterodox references and proposing the concept of "open identities" to

¹ Professor do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas. Pós-doutor em Estudos Antrópicos da Amazônia pela UFPA e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ. Os livros e textos do autor podem ser encontrados em: <https://amazonas.academia.edu/GuilhermeFigueiredo>. Acesso em: 02 de março de 2022. Email: gfigueiredo@uea.edu.br.

think about tactics for promoting dialogicity, interculturality and the construction of the well-living.

Keywords: popular communication; open identity; interculturality; well-living.

Introdução

Em 2006, começou o programa de extensão Laboratório de Comunicação Intercultural, no Centro de Estudos Superiores de Tefé da Universidade do Estado do Amazonas (CEST-UEA), com o objetivo de animar e apoiar iniciativas de coletivos e redes de comunicação livre, comunitária, popular e indígena, e promover a democratização da comunicação, sempre aliado a projetos de pesquisa e ao ensino. Atualmente, a principal referência teórica do programa é o conceito de “dialogicidade” de Paulo Freire (2005): “ação”, “reflexão” e “diálogo”, ou, em outras palavras, práxis dialógica ou “humanização”. Esta é realização, por parte de homens e mulheres, do potencial humano de se tornarem sujeitos coletivos da história. A “desumanização” ocorre quando parte da humanidade trata a outra como “objeto”, cerceando a participação na definição dos rumos da história. Como a práxis histórica (ação + reflexão) só é humana quando participativa (diálogo), o autor confere um papel central à comunicação horizontal na humanização. Por outro lado, alerta que a democratização da comunicação (diálogo) não humaniza se não estiver associada à práxis: é a comunicação que ocorre quando sujeitos se tornam coletivos ao partilhar a invenção da história. Por isso, quando Freire (2005; 1977) pensa a extensão universitária, propõe que seja comunicação entre saberes e projetos científicos e populares, dialogicidade e não o transporte unilateral de conhecimentos e técnicas.

Como afirma Walter Benjamin (1994), a socialização dos meios de produção (controle da economia por trabalhadores, gerando a distribuição mais justa das riquezas) só é possível quando somada à socialização dos meios de produção intelectual. Mais recentemente, e levando em consideração a diversidade cultural e das identidades, autores indígenas e não indígenas têm destacado o papel da “interculturalidade”: para Gersem Luciano (2013) e Florêncio Vaz (2019), trata-se do diálogo em que a diversidade e as

autonomias dos povos são reconhecidas e fortalecidas. É também meio para a construção do bem viver, conceito indígena de origem andina que tem inspirado movimentos sociais indígenas e não indígenas em toda a Amazônia e em outros lugares do mundo. Trata-se da imagem de um mundo em que a natureza e os povos se respeitam e são solidários, mas, ao contrário das utopias de origem europeia, não são apenas projeções dos valores do presente no futuro. O bem viver é passado, presente e futuro, pois remete a saberes e práticas ancestrais, é praticado e inventado hoje por diferentes caminhos, é construção partilhada de futuros comuns (ACOSTA, 2016).

Na prática, porém, há inúmeras dificuldades históricas para a dialogicidade e a interculturalidade em uma época dominada por um capitalismo colonialista e predador da humanidade e da natureza. Como afirma Freire (2005), a respeito do processo sempre incompleto da humanização, cada vez que uma nova reflexão aponta caminhos e a ação transforma o mundo, isso volta como problema para a continuidade da reflexão. Este artigo é parte da reflexão que acompanha a ação e o diálogo do Laboratório de Comunicação Intercultural e dos seus parceiros. Por isso, além de ser um balanço de quase duas décadas de trabalho coletivo, também produz teoria a incidir na continuidade das ações.

Tem como proposta a construção do conceito de “identidade aberta”, com base na teoria da “comunicação aberta” de Mario Kaplún (1996). Se nela o sujeito se envolve e estimula o envolvimento dos outros em processos históricos dialógicos, a identidade aberta é a que gera e é gerada através da empatia e da comunicação horizontal, combinando valores e interesses na formação de sujeitos coletivos ampliados. Como afirma Raymond Williams (2011), o avanço do projeto de sociedade solidária dos trabalhadores passa pela comunicação horizontal e ela depende não apenas da redução da desigualdade econômica, mas também da construção de uma “cultura em comum” em que todas e todos podem contribuir a partir das suas diferenças e criatividade.

Referências liminares e oportunidade histórica

Toda produção e extensão científicas precisam, atualmente, firmar-se a partir de referências teóricas consagradas como “clássicos”. Como afirma Peirano (2006), são obras canonizadas por uma ou mais disciplinas, cujo estudo e citação garantem a um iniciante o reconhecimento como interlocutor de cada campo científico. Segundo Said (2007), é também através das práticas de citação que tradições europeias são reproduzidas, e com elas os estereótipos que exotizam e reduzem a objetos os não europeus e, podemos acrescentar, as classes trabalhadoras. Por isso, sigo aqui o exemplo de acadêmicos indígenas como Luciano (2013), Vaz (2019a; 2019b), Duarte (2017) e Fontes (2020), que nos ensinam a construir referências a partir de histórias de vida individuais e coletivas, legitimando a produção de conhecimentos a partir da historicização do diálogo de saberes. Começo narrando três experiências que foram importantes para a minha forma de contribuir com o Laboratório: (1) a militância na solidariedade internacional ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a pesquisa de mestrado sobre sua estratégia; (2) a participação na rádio Muda, rádio livre que ficava na Unicamp, e no Rizoma de Rádios Livres, que a unia com outras rádios libertárias através de encontros presenciais e redes *on line*; e (3) a colaboração na fundação do Centro de Mídia Independente de Campinas, ligado ao CMI-Brasil e à rede mundial *Indymedia*.

O EZLN tornou-se famoso a partir de 1994, quando deu início a um levante indígena no sul do México contra o neoliberalismo e em defesa da autonomia, tendo se tornado uma importante referência para os movimentos sociais de todo o mundo. A sua estratégia de transformação social calcada não na busca do poder do Estado, mas na ação direta para a construção da autonomia local e regional, e na invenção de laços de comunicação e solidariedade nacionais e internacionais, animou redes anticapitalistas e uma onda mundial de protestos que foi importante para impor limites ao neoliberalismo e abrir caminho para as vitórias eleitorais do progressismo. A narrativa do EZLN nasceu após a ida de militantes de esquerda para formar um foco guerrilheiro junto às comunidades indígenas maias. O objetivo era “conscientizar” para a revolução, mas acabou acontecendo o contrário: os indígenas ensinaram suas tradições e converteram os militantes urbanos à sua causa. O resultado foi um movimento social criativo, inovador,

que colocou a comunicação e a dialogicidade no centro da sua estratégia. Isso despertou meu interesse na comunicação, no valor dos saberes indígenas e populares e nos processos de descolonização.

A rádio Muda e o Rizoma de Rádios Livres passaram por um momento de grande efervescência no começo dos anos 2000, cultivando práticas de apropriação tecnológica experimental, liberdade de expressão e gestão coletiva e horizontal da mídia que estimularam o potencial criativo de muitos grupos de jovens e movimentos sociais. Criei e participei de inúmeros programas, a maioria dos quais voltados para o experimentalismo e a rebeldia. Comecei também a realizar oficinas de rádio livre, com o objetivo de “mostrar como é fácil, barato e gostoso fazer rádio livre”, e oficinas de rádio arte. A ampla liberdade de expressão e a proposta de gestão coletiva e horizontal animavam um debate permanente sobre comunicação, gestão coletiva e transformação social.

Pouco depois, em 2001, entrei no Centro de Mídia Independente do Brasil. A rede mundial do CMI ou *Indymedia* começou junto ao movimento juvenil anticapitalista, que se formou em torno do zapatismo e que eclodiu na Seattle de 1999, tendo se organizado através de coletivos autônomos e redes horizontais espalhados em todo o mundo. Os coletivos programavam e disponibilizavam sites de publicação aberta, ou seja, em que ativistas podiam publicar diretamente suas notícias, áudios e vídeos, derrubando o monopólio da informação das agências de notícias em uma época em que ainda não existiam as redes sociais corporativas. O site do CMI-Brasil chegou a ser o mais acessado da esquerda brasileira, com o diferencial de que ali era possível conhecer os discursos das mais variadas correntes de pensamento e ação, sobretudo das “bases” dos movimentos que até então não tinham meios próprios de expressão. Vale lembrar que foram os movimentos sociais de juventude daquela época, entre eles o CMI, que inventaram os mecanismos de participação e comunicação da internet que depois foram apropriados por redes sociais corporativas.

Figura 1- Mural pintado no Caracol zapatista de Oventic, Chiapas, México.



Fonte: Foto de Tim Russo.

A aprendizagem com o zapatismo levou ao engajamento nas rádios livres e mídias independentes e ajudou a romper com alguns aspectos da ideologia urbano-industrial. Afinal, o EZLN abalou o neoliberalismo logo em seu nascedouro e encantou toda uma geração de jovens em todo o mundo, mostrando que indígenas de uma das regiões mais pobres e rurais da América Latina poderiam ser exemplo na invenção de novas formas de se fazer política, usando as mais recentes tecnologias de comunicação e, ao mesmo tempo, lançando mão de sabedorias milenares não europeias. Essa empatia acabou por me levar, em 2004, a adiar a entrada no doutorado e me mudar para o interior do estado do Amazonas. Consegui uma bolsa para atuar como extensionista no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, em Tefé (AM) e, no ano seguinte, entrei para a Universidade do Estado do Amazonas. Filho de pai paraense, tive a sorte de ter decidido buscar a mim mesmo na Amazônia e me unir às suas lutas na mesma época em que começava a fase de expansão e interiorização da universidade.

Extensão como comunicação

Em 2006, teve início a primeira fase do programa de extensão Mídia e Cidadania, que logo mudou de nome para Laboratório de Comunicação Livre e, em 2019, Laboratório de Comunicação Intercultural. Antes disso, em 2004, colaborei na fundação do coletivo de rádio livre Curupira, que acabou se dispersando por falta de equipamento e porque, em 2005, o grupo passou boa parte do ano elaborando um projeto para o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura que acabou não sendo contemplado com recursos. Em 2006, a estratégia foi diferente: já trabalhando como professor universitário desde 2005, passei a divulgar as experiências da rádio Muda, Rizoma de Rádios Livres e Centro de Mídia Independente, entre outras iniciativas de comunicação horizontal em aulas, oficinas e eventos abertos à população, esperando que a iniciativa de mobilizar um novo coletivo autônomo viesse dos estudantes e dos jovens. O objetivo era contornar a organização disciplinar da academia (FOUCAULT, 1983) e estimular a mobilização autônoma, para então criar projetos acadêmicos parceiros para dar apoio a esta e outras iniciativas (FIGUEIREDO, 2008).

Alguns estudantes tomaram a iniciativa de fundar o Centro de Mídia Independente de Tefé (CMI-Tefé), em 2006, e logo em seguida lançaram a rádio livre Xibé. O coletivo também produzia notícias, vídeos, fotos, criava sites de publicação aberta e divulgava o software livre e a metarreciclagem. Adotou criativamente uma mescla do modelo de gestão da rádio Muda, dos coletivos do CMI-Brasil e de formas regionais de organização coletiva. Não tinha diretoria e todos podiam participar dos debates, decisões e da divisão de tarefas através das reuniões do coletivo. Todos tinham o direito de participar das decisões por “consenso” da rede CMI-Brasil. Com o Rizoma de Rádios Livres, o coletivo se vinculou de modo menos orgânico, já que ele quase não tinha práticas de deliberação coletiva.

Os projetos de extensão, pesquisa e as atividades de ensino se aliaram a esta iniciativa, fornecendo recursos da universidade como espaço físico, equipamentos, bolsas de iniciação científica e tempo de trabalho acadêmico no ensino, pesquisa e extensão. Se a dialogicidade de Freire (2005) é diálogo, ação e reflexão, a aliança com a universidade permitiu dar início a um processo de apropriação da ciência para intensificar as três

dimensões, mas sobretudo a reflexão. Além disso, o prestígio da universidade ajudou a abrir espaços para a atuação do coletivo e a conferir um pouco de proteção. A rádio Xibé passou a transmitir de uma sala de aula e qualquer jovem ou morador da cidade podia ter o seu programa sem precisar passar no vestibular ou concursos, além de levar oficinas de rádio livre para escolas públicas, terras indígenas, assembleias do movimento indígena, bairros e comunidades em municípios do Médio Solimões e até de outros estados. Essas oficinas ajudavam a divulgar a proposta da rádio para além dos espaços da universidade, de modo que muitos adolescentes dos bairros começaram a participar e rapidamente a rádio passou a ter uma rica grade de programação. No começo de 2007, o coletivo perdeu a sala de aula e se tornou itinerante.

Figura 2 - Oficina de rádio livre na aldeia Marajaí, município de Alvarães (AM), realizada em 13 de dezembro de 2008.



Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

Até 2009, as oficinas de rádio livre eram simples, mas criativas: após a participação em uma reunião comunitária ou alguma outra forma de convite ou autorização, o equipamento da rádio era levado ao bairro, escola, comunidade ou aldeia e instalado diante dos participantes para que aprendessem e vissem como era fácil usar o equipamento. Parte do estúdio era montada com aparelhos dos moradores ou da escola, para não parecer inalcançável. Depois que a rádio ia ao ar, passávamos alguns minutos conversando ao vivo com as pessoas sobre o movimento de rádios livres e, em seguida, ensinávamos o básico para as pessoas presentes assumirem a programação. Como elas ficavam inibidas e tentadas a “devolver o microfone”, aos poucos nos afastávamos, dizendo que fizessem o que quisessem. Começava então uma bricolagem da proposta da rádio com o modo de ser e de se expressar dos participantes. A meta principal não era oferecer capacitação, mas desnaturalizar a verticalidade dos meios de comunicação de massa e estimular a superação da “cultura do silêncio” (FREIRE, 2005), semeando a democratização da comunicação.

Figura 3 - Flor do Rock na Rua, município de Tefé (AM), realizado em 7 de junho de 2009.



Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

Em 2006 o CMI-Tefé foi um dos coletivos que mais colaborou na formação da rede Flor da Palavra. Inspirada nas alianças horizontais de comunicação e solidariedade propostas pelo movimento zapatista, começou com a realização de eventos em várias regiões do Brasil e até no México para conectar movimentos sociais, tecnologias de comunicação, estilos de arte, conhecimento e linguagem, experimentando novas formas de se fazer política e alianças. Em 2009, por exemplo, aconteceu em Tefé o “Flor do Rock na Rua”, que uniu anarcopunks, skatistas, capoeiristas, midialivristas, *clowns*, grafiteiros e outros jovens, além de rádio livre, zine, audiovisual, mural e apresentações artísticas e de capoeira. Os eventos eram divulgados no site de publicação aberta da rede e em outras mídias livres – a simbologia comum ajudava a dar visibilidade maior para os movimentos locais.

Em 2009, aconteceu a mobilização dos vários coletivos da rede para criar um espaço cultural chamado “Caracol” na ilha de Outeiro, na periferia de Belém, aproveitando a viagem de vários integrantes da rede para o Fórum Social Mundial. O nome do espaço era uma referência aos centros políticos de comunicação e autogestão regional do movimento zapatista, a ideia era que servisse para a integração entre movimentos sociais, culturais, artísticos e a população do bairro, podendo ainda receber viajantes voluntários que quisessem aprender com a população local e partilhar processos de luta. Infelizmente, a rede acabou abruptamente por brigas internas: as diferenças acabaram sendo convertidas em fraquezas.

A partir do final da década, começou um lento esvaziamento das redes CMI-Brasil, Rizoma de Rádios Livres e de outros movimentos que usavam estruturas digitais próprias construídas com servidores e software livre. O principal motivo foi a apropriação dos mecanismos de interação *on line* por grandes corporações de mídia que criaram o modelo de negócios e de controle político das redes sociais. Quando vieram movimentos como a Primavera Árabe, a partir de 2010, os Indignados da Espanha e *Ocuppy Wall Street*, nos EUA, em 2011, e o Junho de 2013, no Brasil, já não era mais possível participar das mobilizações da juventude sem a criação de contas nas redes sociais corporativas. Por um lado, isso trouxe a vantagem da oportunidade de comunicação com camadas mais amplas da população, já que a internet seguia a sua expansão, mas, ao mesmo tempo, expôs esses movimentos a estratégias de vigilância, censura e guerra híbrida. Com a perda do poder de comunicação das tecnologias livres, o CMI-Tefé começou a ficar novamente isolado: na rede social corporativa, a visibilidade e a capacidade de conexão dependem mais dos algoritmos do que da capacidade de organização local e diálogo (FIGUEIREDO, 2014).

Em 2010, começou a segunda fase do Laboratório e do CMI-Tefé, mesmo ano da minha saída para cursar doutorado em Antropologia Social com o projeto “Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes”. Aproveitando que em 2009 a UEA ganhou o segundo lugar do Prêmio FINEP de Inovação da região Norte com o Laboratório, o coletivo instalou novamente a rádio Xibé na universidade para uma programação regular. Dessa vez a iniciativa contou com a parceria de vários movimentos sociais da cidade, especialmente o Diretório Regional dos Estudantes (DRE) que também disponibilizou a sua sala. Ao mesmo tempo, uma parte

dos jovens saiu para criar a rádio livre Voz da Ilha no bairro do Abial. O novo coletivo participou de um edital da ONG Descentro para conseguir o transmissor, que foi levado pela rádio Amnésia de Pernambuco. Ele foi instalado na Escola Estadual Getúlio Vargas e a rádio foi ao ar em 4 de agosto de 2010. Durante cerca de 2 meses, Tefé contou com as transmissões contínuas de duas rádios livres, fazendo cair a audiência das duas rádios comerciais da cidade. Uma destas acionou a ANATEL, levando ao fim das transmissões em 21 de setembro. A Xibé voltou à itinerância, e a Voz da Ilha passou a combinar oficinas com transmissões esporádicas nas casas de integrantes do coletivo. Em 2011, o coletivo Voz da Ilha passou também a integrar o CMI-Tefé.

Outra experiência importante foi o convite da Igreja Católica para a realização de um programa de rádio livre da Rádio Educação Rural de Tefé, que na época transmitia em AM e Ondas Tropicais. Foram ao ar o “Programa Xibé”, em 2011, e o “Juventude em Ação”, em 2013. O maior desafio foi pensar uma tática de produção coletiva e horizontal em uma hora de programa semanal, voltada a debates e entrevistas. Para aumentar a participação, os ouvintes eram convidados a ir ao estúdio, mas o que animou o programa foi o “boca a boca”: quem já participava trazia à rádio novos participantes e estes logo no primeiro dia se tornavam entrevistados. Se a pessoa voltasse na semana seguinte, era convidada a ser entrevistadora e a convidar mais gente (SANTOS; FIGUEIREDO, 2018). Essa linha editorial ajudou a desnaturalizar a ideia de que apenas autoridades podem ser entrevistadas no rádio e fez das histórias de vida e relatos de experiência o ponto de partida para debates sobre questões sociais. As reuniões do CMI-Tefé eram logo depois do programa, facilitando o acesso ao planejamento coletivo.

Depois da experiência na Rádio Rural, começou uma nova fase de oficinas mais elaboradas e cursos de extensão com a rádio Xibé. Em 2013, por exemplo, aconteceu o minicurso “Cultura, Comunicação e Resistência”, na Escola Santo Antônio, em Santo Antônio do Iça (AM), onde nasceu a rádio livre escolar Na Tora. O que tornou isso possível foi a ida de um dos estudantes fundadores do CMI-Tefé para trabalhar nessa escola. Em Tefé, a participação nos protestos de juventude iniciados em 2013 com a transmissão ao vivo de assembleias, tornou possível a parceria com a Pastoral da Juventude para a realização da segunda edição do minicurso, em 2014. Durante três dias, os jovens católicos aprenderam sobre a história do rádio, ondas sonoras e

eletromagnetismo, debateram filmes sobre rádios livres e comunitárias, construíram minitransmissores de 1 watt e aprenderam a montar e usar os equipamentos da rádio Xibé (FIGUEIREDO, 2017).

No ano de 2015, teve início a terceira fase dessa trajetória, em que o Laboratório e o CMI-Tefé passaram a tecer alianças mais orgânicas com movimentos sociais da região e da Panamazônia. O “projeto construção de minitransmissores da Escola Estadual Nazira Litaiff Moriz” foi uma experiência bastante criativa de colaboração entre universidade, escola pública e movimentos sociais que durou o segundo semestre do ano. Elaborado por uma professora de física da escola para o edital do Programa Ciência na Escola (PCE), em parceria com a UEA e ativistas de rádio livre, do movimento estudantil e do movimento indígena, a experiência levou à invenção da metodologia “Ajuri de Projetos”. Na linguagem regional, “ajuri” significa “mutirão”: professores, estudantes e militantes passaram a partilhar saberes e a auxiliar nos projetos uns dos outros, o que envolveu o apoio mútuo na realização de estudos, pesquisas e oficinas (FIGUEIREDO, 2016).

Figura 4 - Rádio Xibé, no encontro realizado em 20 e 21 de agosto de 2016, na comunidade Morada Nova da FLONA-Tefé.



Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

No mesmo ano, teve início também a aliança com os jovens extrativistas da Floresta Nacional de Tefé (FLONA-Tefé), através do Projeto Jovens Protagonistas de educação ambiental, que tinha sido iniciado por lideranças comunitárias em parceria com o ICM-Bio e a UEA em 2011 (RODRIGUES; ANCIÃES, 2015). Em 2015, ele passou a ser coordenado por um jovem da FLONA que já tinha participado do programa de rádio livre “Juventude em Ação”, e que passou a convidar integrantes do CMI-Tefé para as atividades do projeto: encontros de jovens nas comunidades, em que ocorriam cursos e oficinas a partir de suas próprias demandas. O jovem coordenador facilitou um planejamento coletivo e horizontal que começava nas assembleias com a juventude, no final de cada encontro, e terminava em reuniões com voluntários parceiros que ajudavam a finalizar a organização do encontro seguinte. Para facilitar essa dinâmica, em 2016 foi

criado o grupo “Amigos da Flona” no whatsapp, usado para manter o contato com quem já tinha participado e marcar novas viagens e reuniões.

Finalmente, em 2014, o CMI-Tefé começou a participar do planejamento e organização do projeto La Nave Va. O convite partiu da Associação Mundial de Rádios Comunitárias do Brasil (AMARC-Brasil), e envolvia ainda a ONG Radialistas Apasionadas y Apasionados do Equador, que era a proponente original, o Instituto de Defensoria Legal (IDL) e a Rádio Ucamarca, do Peru, e o financiamento da Pão Para o Mundo. Em 17 de maio de 2015, 12 jovens de 19 a 39 anos, comunicadoras e comunicadores amazônidas do Equador, Brasil e Peru, em sua maioria indígenas, se reuniram em Quito, no Equador, e começaram uma viagem de 12 semanas por terra e rio até chegarem a Tefé. Durante o percurso, foram conhecendo as regiões de cada um deles, os desafios socioambientais como os megaprojetos que ameaçam terras indígenas e as bacias amazônicas, e as diferentes experiências de comunicação indígena e comunitária. Além disso, durante a viagem também houve oficinas e a publicação de reportagens no site <http://pororoca.red>. Um dos objetivos era criar laços de cooperação a longo prazo, com a formação da rede Pororoca.

A rede Pororoca cresceu bastante em 2017, quando foi possível reunir 35 comunicadoras e comunicadores, em sua maioria indígenas, para a realização da cobertura do Fórum Social Panamazônico, de 28 de abril e 1º de maio em Tarapoto, no Peru. Dessa vez, além do Brasil, Equador e Peru, participaram também jovens da Colômbia e havia mais coletivos, ONGs e fontes de financiamento. Como a AMARC-Brasil mobilizou para o encontro participantes do seu projeto Mídia dos Povos, foi possível levar do Brasil não apenas participantes do Amazonas, mas também do Pará e Amapá, e quilombolas começaram a participar. O grupo se reuniu em Tarapoto dias antes do FOSPA para realizar apresentações e oficinas preparatórias, entre as quais foi marcante a exposição de teorias indígenas da comunicação do Peru e Colômbia (MUÑOZ; TELLO; FIGUEIREDO, 2020). Nas assembleias para o planejamento colaborativo, formularam-se os seguintes princípios:

descolonizar; dialogar; exigir e ser críticos; um olhar intercultural e respeito à diversidade; espiritualidade; gerar empatia; fortalecer as identidades dos povos; possuir estética própria e profissional; estar a serviço da comunidade; gerar

laços, solidariedade, redes, articulação entre os povos; favorecer o encontro entre os povos, seus processos e lutas; visibilizar as vozes dos povos; visibilizar alternativas ou propostas de “desenvolvimento” que estão praticando os povos amazônicos; fazer um chamado à criatividade. (NOTAS DE CAMPO, 2017).

Figura 5 - A Nave Rádio, transmitindo ao vivo do Fórum Social Panamazônico, em 2017, no Peru



. Fonte: Guilherme Gitahy de Figueiredo

A cobertura do Fórum Social Panamazônico foi realizada com uma web rádio, cujo estúdio foi montado em um lugar de passagem central, mas também através de *performances*, vídeos, fotografias, reportagens para o site e a pintura de um mural. Além de fortalecer a rede Pororoca, esta ação teve como objetivo a criação da rede Ciberamazonas, voltada ao protagonismo das mulheres comunicadoras.

Em 2015, o CMI-Tefé também foi convidado a participar do planejamento da segunda edição do projeto Mídia dos Povos da AMARC-Brasil. A execução começou em 2016, quando foram realizados encontros de comunicadoras e comunicadores no quilombo do Curiaú em Macapá (AP), Alter do Chão (PA) e aldeia Sawré Muybu do povo

Munduruku (PA). Vários integrantes do CMI-Tefé participaram desses encontros, realizando oficinas e aprendendo com experiências diversas. Uma das ideias do projeto era que os comunicadores das populações tradicionais pudessem partilhar entre si experiências, saberes, além de conhecer as regiões uns dos outros. Tinha oficinas de pessoas de outras regiões do País, mas a ênfase era na partilha entre as diferentes regiões da Amazônia e o fortalecimento das redes Pororoca e Ciberamazonas.

Em 2017, logo após o encontro em Tarapoto, foi a vez do CMI-Tefé e da sua parceira, a aldeia Marajaí, serem anfitriões de um dos encontros do Mídia dos Povos. O processo de organização do evento levou cerca de um ano desde a primeira assembleia realizada na aldeia para a apresentação da proposta, passando por diversas reuniões do CMI em Tefé e com os demais organizadores no Marajaí. Além disso, foram realizados dois pré-encontros para animar o debate sobre comunicação e convidar jovens da região para fortalecer as redes locais e regionais: um junto ao Projeto Jovens Protagonistas da FLONA-Tefé, e outro na Terra Indígena Barreira da Missão, onde o CMI-Tefé realizou várias oficinas durante a sua primeira fase. Graças à participação no projeto La Nave Va, foi possível convidar comunicadores do Peru e Colômbia, embora este último não tenha conseguido vir. O encontro aconteceu de 24 a 28 de julho de 2017 e participaram comunicadoras e comunicadores indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e de organizações urbanas do Peru, Amapá, Pará, Rio de Janeiro e do Médio Solimões.

Pouco antes do encontro, houve uma substituição das pessoas responsáveis pela coordenação do projeto Mídia dos Povos na AMARC-Brasil e o planejamento foi centralizado e alterado. A nova coordenação desconsiderou o que vinha sendo construído desde a escrita do projeto, quando se priorizou a partilha de saberes entre comunicadoras e comunicadores amazônidas e nas reuniões e assembleias locais em que todo um cronograma havia sido montado. A programação de partilha de saberes, que deveria acontecer durante toda a semana, ficou reduzida a uma manhã e os demais dias ficaram para os cursos definidos e pagos pela coordenação, em sua maioria ministrados por comunicadores do Sudeste. O intercâmbio com outras regiões do País é importante, mas poderia ter sido construído de modo colaborativo e se conectando aos processos que já estavam em andamento. Depois disso, a AMARC-Brasil não renovou o projeto Mídia dos Povos e se afastou das redes Pororoca e Ciberamazonas.

Também no projeto La Nave Va houve conflitos e dispersão. Várias organizações que participaram da cobertura do FOSPA em 2017 se afastaram por discordâncias em relação aos métodos de trabalho e a ação seguinte contou com uma equipe reduzida pela metade. Em junho de 2018, em Macapá, aconteceu a cobertura da 4ª Cúpula Indígena Amazônica, do 2º Congresso de Mulheres Indígenas da Bacia Amazônica e do 10º Congresso Geral da Coica – Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, e novamente houve discordâncias desgastantes a respeito dos métodos.

Apesar do refluxo, as redes Pororoça e Ciberamazonas animaram vínculos de afeto, solidariedade, apoio mútuo e partilha de saberes que puderam ter continuidade à distância ou através de outras iniciativas. Foi com base nessas experiências, e sentindo a minha identidade abrindo-se para a tecedura de laços mais fortes com outras regiões da Panamazônia que, a partir de 2019, dei início a um pós-doutorado com o projeto “Tecendo redes interculturais na(s) Amazônia(s)”, que depois oficializei como projeto do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da UEA. O objetivo geral é pesquisar as experiências de comunicação indígena, quilombola, popular etc. das várias regiões da Amazônia não de modo direto, mas através do diálogo com os saberes das comunicadoras e comunicadores sobre as suas próprias práticas, e da produção colaborativa de novas reflexões em coautoria, em que a ciência entra como parceira, colaboradora e pode ser apropriada por esses sujeitos (FIGUEIREDO; SANTOS, 2021). Foi também nesse momento que o nome do programa de extensão passou a ser Laboratório de Comunicação Intercultural, incorporando o conceito de interculturalidade dos movimentos sociais panamazônicos.

Um fruto direto da pesquisa de campo realizada em 2019 foi o convite para entrar na Rede de Notícias da Amazônia que é, atualmente, a mais ampla iniciativa de construção da comunicação horizontal entre as regiões da Amazônia brasileira. Ela tem sua sede em Santarém (PA) e produz noticiários e programas de educação ambiental que são transmitidos por 24 rádios, em sua grande maioria ligadas à Igreja Católica. Outra oportunidade foi o convite, em 2021, para participar da construção da Escola de Redes Comunitárias da Amazônia, uma iniciativa do Projeto Saúde e Alegria (PSA), com sede em Santarém (PA), a partir do projeto Conectando os Desconectados da rede Associação para o Progresso das Comunicações (APC) em parceria com a ONG Rhizomatica. A

escola está sendo criada de modo colaborativo, com especialistas de várias regiões do Brasil e também com comunicadoras e comunicadores de diferentes regiões da Amazônia.

Em 2018, aconteceram as últimas reuniões do CMI-Tefé e, por isso, o método Ajuri de Projetos desenvolvido em 2015 (FIGUEIREDO, 2016) foi retomado em 2022 (após a fase mais intensa do distanciamento social da pandemia) para o cultivo da horizontalidade na mobilização de projetos acadêmicos e não acadêmicos. O primeiro encontro foi em 16 de fevereiro e reuniu pessoas de antigos projetos ou que estão começando a planejar os novos. A ideia é a realização de encontros a cada duas semanas para a partilha de conhecimentos, experiências e ações comuns como oficinas, cursos, entre outras iniciativas. Um dos desafios será a estruturação de um espaço físico que o laboratório recebeu na universidade para criar uma web rádio, ilhas de edição e outras ferramentas de apoio aos projetos de pesquisa, ensino e extensão da academia e dos seus parceiros. A mobilização por meio do Ajuri ganhou o nome Tecedores de Paneiros, em referência às cestas feitas de cipós que se entrelaçam, sustentando uns aos outros. A música Paneiro, do grupo Raízes Caboclas, associa-o ao Ajuri:

“Paneiro é coisa comum
Em todo barraco tem
Não custa muito dinheiro
Nem custa fazer também

Mas quero guardar comigo
Pra sempre no coração
A lição que o paneiro ensina
Como é bela a união

As talas viviam à ufa
Nas matas, sem serventia
Mas agora, de mãos dadas
Todas têm força e valia”

Entre o gregarismo e a união

Na pesquisa de doutorado realizada entre 2010 e 2015, uma das técnicas foi entrevistar pessoas que passaram anos convivendo com o coletivo de Tefé nas mesmas redes com o objetivo de conhecer melhor essa interação. Como as redes parceiras da primeira fase do CMI-Tefé (CMI-Brasil, Rizoma de Rádios Livres e Flor da Palavra) não trabalhavam com editais e evitavam vínculos com agências de financiamento, tinham poucos recursos e raras foram as vezes que voluntários de Tefé puderam viajar para conhecer de perto outros coletivos ou participar de encontros. Ainda assim, havia a interação por listas de e-mail, reuniões em chats e a partilha de sites comuns, vídeos, notícias, músicas etc. O resultado surpreendeu: vários entrevistados passaram anos convivendo nas mesmas redes, mas sabiam quase nada sobre o CMI-Tefé e seus integrantes. Projetavam neste coletivo o mesmo ideal que faziam de si mesmos enquanto mídia independente ou rádio livre, alterando apenas o cenário que seria a floresta exótica da Amazônia. Aqueles que assistiram aos audiovisuais de Tefé revelaram um conhecimento um pouco mais matizado, indicador de que é uma linguagem fecunda para relações à distância. Mas as duas práticas que se revelaram mais poderosas para a criação de vínculos afetivos, de confiança e colaboração, gerando um conhecimento mútuo mais elaborado, foram a partilha de ações comuns e o encontro presencial através de viagens (FIGUEIREDO, 2015).

Esses resultados foram importantes para o engajamento, a partir de 2014, nos projetos com financiamento La Nave Va, Mídia dos Povos, e na tecedura das redes Pororoça e Ciberamazonas. Afinal, essas iniciativas tinham o potencial de promover a dialogicidade à distância através de viagens e ações conjuntas. A experiência do encontro itinerante de 2015 revelou-se ainda mais promissora, pois viajar juntos para fazer a cobertura de várias lutas regionais produziu vínculos ainda mais intensos e duradouros. No caso da cobertura do Fórum Social Panamazônico, de 2017, o ingrediente especial foi a construção coletiva da reflexão sobre os princípios e as táticas. O grupo era bem maior, reunindo tecnologias e experiências de comunicação livre, popular, comunitária, indígena e quilombola diversas de quatro países, o que tornou possível uma bricolagem de estilos de organização e comunicação que revelou-se bastante equilibrada e rica. Por outro lado,

surgiram conflitos que levaram a um refluxo posterior. Durante a cobertura do FOSPA entrevistei mais da metade das comunicadoras e comunicadores e foi possível notar que, embora a maioria tenha se sentido bastante motivada e satisfeita com a experiência, também foram frequentes as insatisfações com estilos diferentes de organização e comunicação. Como as insatisfações relatadas eram moderadas e bem distribuídas entre os grupos, concluí que o coletivo ampliado formado durante o evento tinha um pouco da contribuição de cada um. Lamentavelmente, porém, para vários dos participantes as insatisfações foram maiores do que as motivações para seguir com a aliança.

A explicação de Williams (2011, p. 359-360) para esse tipo de conflito é que o medo do autoritarismo leva os sujeitos a tentarem reassumir o controle, mas, ao fazê-lo, acabam reproduzindo o autoritarismo ao presumir como superiores as suas próprias imagens de como deve ser a solidariedade democrática. “É como se, por medo ou visão, estivéssemos todos decididos a botar as mãos na vida e forçá-la a adotar nossa própria imagem; e então de nada adianta discutir os méritos das imagens rivais”. Trata-se de uma “barreira mental”, que acaba por se tornar uma recusa dos processos criativos da vida. “Temos de viver por nossas próprias conexões, mas só podemos viver plenamente, em comum, se aceitarmos as conexões dos outros”. A teoria da dualidade, de Freire (2005, p. 34), pode ser útil para se pensar essa dificuldade: é impossível para os oprimidos participarem da dialogicidade “enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor”. Educado em uma sociedade injusta, o ideal do oprimido é ser como os que dominam, vestindo esse ideal como se fosse uma máscara. Querendo acreditar na máscara, passa a ter vergonha de si e a odiar o seu semelhante que é como um espelho onde projeta aquilo que rejeita em si mesmo. Daí a importância que Freire (2005) dá à “incompletude”. Aceitar-se incompleto, abrir-se para tudo aquilo que rejeitou ao vestir máscaras das ideologias hegemônicas é o ponto de partida que torna possível o acolhimento de si e do próximo a partir do qual tem início a dialogicidade entre ambos.

A análise dos conflitos em que movimentos sociais e redes se dispersam indica a presença de processos análogos a este na forma como se lida com consensos contra-hegemônicos. Em um grupo que adota o feminismo como valor, por exemplo, um ativista homem pode vestir esse feminismo como ideal e máscara. Tendo vergonha de comportamentos machistas que não superou, passa a odiar outros homens que acusa de

machistas, estabelecendo uma barreira mental que congela o machismo de ambos. Apenas a tolerância consigo e com os demais ativaria a dialogicidade necessária para novas transformações. Segundo Freire (2005), a não aceitação da incompletude leva ao “gregarismo”, enquanto a dialogicidade é processo de “união” autêntica na qual sujeitos diversos aprendem a partilhar a transformação de si e a construção da história.

Identidades fechadas e abertas

Uma das características da colonialidade é que ela promove a comunicação vertical entre ex-colônia e metrópole e limita tanto quanto possível a comunicação horizontal. Na pesquisa de campo de pós-doutorado (FIGUEIREDO; SANTOS, 2021), realizada no Pará, Maranhão, Amapá e Peru, foi possível constatar que em todas as regiões havia experiências maduras de comunicação indígena, quilombola, popular etc. e também a formação de redes regionais. Há o envolvimento com redes mais amplas, mas estas geralmente são articuladas a partir das metrópoles. O projeto mais consistente que encontrei de rede ligando as várias regiões entre si foi a Rede de Notícias da Amazônia (RNA), que tem como objetivo a produção descentralizada de notícias, priorizando a voz das lideranças comunitárias e valorizando o sotaque das diferentes regiões. No entanto, esta rede tem tido dificuldade em descentralizar a produção de notícias. Embora o espaço esteja estruturado e disponível, e tenha havido investimento em cursos de capacitação nas regiões, parece haver uma barreira de desinteresse na comunicação entre as regiões da Amazônia.

A experiência do CMI-Tefé corrobora com essa hipótese, pois nas suas duas primeiras fases, de 2006 a 2014, realizou poucas ações que gerassem envolvimento e comunicação para além do Médio Solimões. As principais redes com as quais se ligou geraram mais laços com ativistas de metrópoles de outras regiões do Brasil do que da Amazônia. Foi apenas com os projetos La Nave Va, Mídia dos Povos e, mais recentemente, no envolvimento com a Rede de Notícias da Amazônia e a Escola de Redes Comunitárias que passou a ocorrer o cultivo mais significativo de vínculos afetivos, intelectuais e políticos com outras regiões. Na posição de mediador nesses processos, pude perceber, também, uma transformação em minha identidade amazônica: se antes era

mais ligada ao Médio Solimões e à sua relação com as metrópoles, as novas conexões a tornaram progressivamente mais ampla, heterogênea e aberta ao cultivo de novos vínculos com a vizinhança amazônida. Foi essa transformação que me levou a elaborar a consciência do caráter mais fechado da identidade amazônida que eu reproduzia antes.

O morador da Amazônia se recente dos estereótipos de uma natureza virgem demograficamente vazia ou com a presença de povos exóticos e primitivos. Mas, ao mesmo tempo, se apropria e romantiza parte dessas imagens para construir a identidade regional da qual se orgulha. Afinal, afirma-se em uma situação comunicativa em que prevalece a verticalidade. É muito mais comum assistir a um filme ou viajar para as principais metrópoles do que para a vizinhança. Além disso, trata-se de uma identidade fragmentada. A maioria se considera “amazônida”, mas, quando fala em “Amazônia”, tem em mente apenas a sua região: o “Alto Solimões”, “Alto Rio Negro”, “Oeste do Pará”, “Sul do Maranhão” e assim por diante. Em cada uma delas, por exemplo, há orgulho em se falar de certos alimentos da região que seriam tipicamente amazônidas. Em alguns casos, há rivalidade a respeito da qualidade de alimentos produzidos ou consumidos em regiões próximas, mas na maior parte das vezes os vizinhos sequer são lembrados. Quando se trata de uma capital, como Belém ou Manaus, a identidade abarca o estado inteiro, mas as referências dessa identidade são apenas as da metrópole. É comum que se encontrem trabalhos acadêmicos que estudam apenas Manaus, mas que colocam o “Amazonas” no título. Algo análogo aos livros de “história do Brasil” que estudam quase nada sobre a Amazônia.

Kaplún (1996), para analisar as práticas de comunicação verticais e horizontais, elabora os conceitos de “comunicação fechada” e “comunicação aberta”. A primeira é a do “puro emissor”, que não existe de modo absoluto, mas tende a preocupar-se mais com o conteúdo da mensagem do que com o destinatário. Não tece um diálogo, não constrói uma relação. Por outro lado, a comunicação aberta é a que prioriza a escuta, o conhecimento a respeito do interlocutor e dos assuntos que despertam o seu interesse, de modo a estabelecer uma comunicação em que “o interlocutor se reconheça na mensagem e se identifique com ela”. O autor destaca a importância da “empatia”: se a “simpatia” é espontânea, a empatia é deliberada, voluntária, um esforço consciente de se colocar no

lugar do outro para partilhar a “uma corrente de comunicação”, entrando em “sintonia” com ele.

Como destreza, a empatia é uma condição que podemos cultivar, desenvolver. Todos podemos incrementar nossa capacidade para “empatizar”, tratando de nos colocar na situação, no lugar daqueles com quem queremos nos comunicar; de nos localizarmos em sua realidade, de sentir com seus valores e de pensar com suas categorias.

Na medida em que cultivemos em nós essa capacidade, nessa medida seremos comunicadores.

Mas essa capacidade não é só intelectual, racional; não é uma mera estratégia. Significa QUERER, VALORIZAR aqueles com quem tratamos de estabelecer a comunicação. Implica compreensão, paciência, respeito profundo por eles, carinho, ainda que sua visão e percepção do mundo não sejam, todavia, a que nós almejamos. Significa estar pessoalmente comprometido com eles (KAPLÚN, 1996, p. 125).

Esse é o ponto de partida para o conceito de “comunicação popular” de Kaplún (1999) que, de modo análogo ao conceito de “dialogicidade” de Freire (2005), tem três dimensões principais: é um processo educativo que forma a comunidade e se forma com ela (reflexão coletiva), gera e é gerado pela organização popular (ação coletiva) e tem como meta o diálogo e a participação.

De modo análogo aos conceitos de comunicação fechada e aberta, propomos aqui que a predominância da comunicação vertical gera e é gerada por “identidades fechadas”, em que há mais vínculos afetivos, culturais, econômicos e políticos com as metrópoles do que com a vizinhança. Elas correspondem também ao “identitarismo”: políticas de defesa de identidades congeladas, essencialistas, ou que então negam a importância das identidades para as transformações históricas, levando ao mesmo resultado conservador (ALMEIDA; HAIDER, 2019). Por outro lado, o acolhimento das incompletudes e processos em que o uso de tecnologias é combinado com viagens e a partilha de ações e reflexões geram e são gerados por identidades abertas, empáticas, dando consistência para a comunicação horizontal, a tecedura da interculturalidade e do bem viver. As identidades se reinventam e se abrem, pois já não se afirmam tanto na relação com as metrópoles, passando a intensificar a apropriação de valores, códigos e saberes da vizinhança. Pouco a pouco a imagem da “Amazônia” homogênea e exótica vai dando lugar à riqueza da sua heterogeneidade: uma Amazônia que faz da diversidade a fonte de uma força unificada crescente.

Universidade e bem viver

Não tem sido fácil avançar em projetos interculturais. Além das barreiras analisadas neste texto, forças econômicas e políticas estão se empenhando na reinvenção da colonialidade: está em curso a coleta massiva de dados digitais para a formulação de estratégias cada vez mais eficazes de comunicação vertical, exploração econômica e controle político. Historicamente, a ciência ocidental nasceu alimentada e produzindo instrumentos ao capitalismo colonialista. No Brasil, a universidade nasceu no começo do século XX para fornecer mão de obra qualificada para um modelo de industrialização dependente. Segundo Florêncio Vaz (2019, p. 85), a universidade é um espaço de “reprodução de um modo de ser e de uma cultura hegemônica”, em que são vividas situações de exclusão e racismo, e no qual o projeto de interculturalidade dos povos indígenas tem avançado com dificuldade. Por outro lado, também com a universidade nasceram projetos para a apropriação dos métodos científicos para a construção de uma ciência aliada aos interesses nacionais e, uma geração depois, capaz de estabelecer diálogos com os saberes populares, facilitando a sua apropriação popular e fortalecendo trabalhadoras e trabalhadores enquanto sujeitos da história (RIBEIRO, 1969; TEIXEIRA, 1954).

O programa de extensão Laboratório de Comunicação Intercultural, aliado atualmente ao projeto de pesquisa Tecendo Redes Interculturais na(s) Amazônia(s) (FIGUEIREDO; SANTOS, 2021), tem dado continuidade à estratégia de buscar a construção de condições para que sujeitos coletivos possam se apropriar e reinventar a ciência, descolonizando a universidade e produzindo ferramentas para promover a interculturalidade. Estes projetos e os parceiros de dentro e fora da universidade têm mostrado que é possível avançar em táticas de dialogicidade que contribuem para transformar as diferenças em elos, por meio do acolhimento das incompletudes e da construção de identidades abertas, construindo frentes para enfrentar a dominação e tecendo redes que dão passo à invenção comum do bem viver.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Prefácio à edição brasileira. In: HAIDER, Asad. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Vêneta, 2019.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor [1930]. In: _____. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DUARTE, Nelly. Minha vida no mundo dos brancos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 35-46, 2017.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de; PAULA JÚNIOR, Pedro Pontes de. A Rádio Xibé entre o colonialismo tecnológico e a tecedura de relações de escuta. In: FIGUEIREDO, Guilherme; COELHO, Leni; SCHWAMBORN, Núbia. *Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Como fazer um curso aberto? Inovações pedagógicas a partir de uma bricolagem com humanos, ciência e rádio livre. In: Machado, Rita; Castro, Amanda. *Educação popular em debate*. Jundiaí: Paco, 2017.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *Inventando autonomias no Médio Solimões: uma etnografia dialógica da rádio Xibé e suas redes*. 2015. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. O que a floresta da mídia esconde? “Junho” em Tefé. In: BRANCALEONE, Cássio & BEM, Daniel de. *As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Deriva/GPASE, 2014.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Rádio rompendo barreiras: um Ajuri de projetos envolvendo escola, universidade e movimentos sociais. In: COELHO, Leni; SILVEIRA, Cristiane; BEZERRA, Rita. *Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas*. Jundiaí: Paco, 2016.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Um laboratório de comunicação livre no médio Solimões. In: FUSER, Bruno. *Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de; SANTOS, Joelma Viana dos. “Vizinhar” e descolonizar a comunicação na(s) Amazônia(s): entrevista de Joelma Viana dos Santos com Guilherme Gitahy de Figueiredo. *Revista Docência e Cibercultura*, UERJ, v. 5, n. 1, p. 238-249, 2021.
- FONTES, Francinéia Bitencourt. Minha escrivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro – Amazonas/Brasil. *Cadernos de campo*, USP, v. 29, n. 1, p. 179-186, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Comunicação ou extensão?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- HAIDER, Asad. *A armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. São Paulo: Vêneta, 2019.
- KAPLÚN, Mario. *El comunicador popular*. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1996.
- LUCIANO, Gersém José dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced, 2013.
- MUÑOZ Atillo, Dora Estella; TELLO Imaina, Leonardo; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Para enfrentar o colonialismo: duas teorias indígenas da comunicação. In: NAVA Morales, Elena; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *Tejiendo desde la contrahegemonía: medios, redes y TIC en la América Latina*. México: IIS-UNAM, 2020.
- PAULA Júnior, Pedro Pontes de; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Transformação e reprodução social na experiência do Centro de Mídia Independente de Tefé. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro (BA). Disponível em: http://201.48.149.88/abant/arquivos/24_5_2008_17_57_41.pdf. Consultado em: 29/3/2009.
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- RODRIGUES, Leonardo; ANCIÃES, Marina. *Verde perto*. Manaus: Ed. Inpa, 2015.
- SANTOS, Rosa Maria Ferreira dos; FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. Encontro no ar: a dialogicidade no programa Juventude em Ação. In: SOUZA, Antônio; JUSTAMAND, Michel; CRUZ, Tharcísio. *Fazendo Antropologia no Alto Solimões 13*. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.
- TEIXEIRA, Anísio. *A universidade e a liberdade humana*. Ministério da Educação e Cultura: Dep. de Imprensa Nacional, 1954.
- VAZ FILHO, Florêncio Almeida. O nativo revestido das armas da antropologia. *Revista Novos Olhares Sociais*, PPGCS (UFRB), v. 2, n. 1, p. 79-98, 2019.
- VAZ FILHO, Florêncio Almeida. A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior. *Revista Novos Olhares Sociais*, PPGCS (UFRB), v. 2, n. 1, p. 79-98, 2019.

Recebido em 01 de setembro de 2021 | Aceito em 08 de setembro de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional